CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO BASE: 2021

Laranja da Terra, março de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
Estado do Espírito Santo

Jackson Bulerianm
Ordenador de Despesas - Biênio 2021/2022

Valério Sarnália Alves Demonér
Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Laranja da Terra - Biênio 2021/2022

Judázio Seibel
Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Laranja da Terra - Biênio 2021/2022

Responsável pelo relatório:
JACKSON BULERIANM
Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra - Biênio 2021/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA/ES

Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021, apresentado aos órgãos de Controle Externo como parte integrante da Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada, em observância às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo/TCEES.

Laranja da Terra/ES, março de 2022.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	5
1	**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**	6
1.1	**ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**	6
1.2	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	7
1.3	**EXECUÇÃO FINANCEIRA**	9
2	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**	10
3	**RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL**	12
4	**GESTÃO DE PESSOAS**	16
4.1	**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS**	18
5	**SUPORTE ADMINISTRATIVO - SECRETARIA GERAL DA CÂMARA**	19
5.1	**RELAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS**	20
5.2	**RELAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO ADQUIRIDOS**	22
6	**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**	23
7	**GESTÃO DE CONTRATAÇÕES**	23
7.1	**CONTRATOS CELEBRADOS EM 2022**	24
7.2	**ADITIVOS CELEBRADOS EM 2022**	25
8	**DESPESAS COM O VEÍCULO OFICIAL**	25
8.1	**COMBUSTÍVEL**	26
9	**PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS/ATIVIDADES DA CMLT**	26
9.1	**PUBLICAÇÕES NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL/DIO**	26
10	**OBRAS E MANUTENÇÕES**	27
11	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI**	28
12	**CONTROLE INTERNO**	29
13	**ATIVIDADES LEGISLATIVAS**	30
	CONCLUSÃO	31

INTRODUÇÃO

A Administração Pública é regida por princípios que se encontram discriminados na Constituição Federal (art. 37). Estes princípios são a base de toda a atividade administrativa e regulam as ações dos órgãos públicos e de seus administradores e servidores. Os princípios insculpidos originalmente no texto constitucional foram: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O princípio da eficiência teve sua inserção através da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, garantindo que a gestão da coisa pública seja cada vez menos burocrática e atinja seus objetivos de forma mais rápida e eficaz, respondendo aos anseios da sociedade, às pressões externas e alcançando o fim ao qual se propõe.

Nesse sentido, o Relatório de Gestão que integra a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2021, consiste na apresentação do resultado da execução orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal das despesas do Poder Legislativo Municipal, em diversos quesitos, entre eles, as despesas e repasses, gastos com pessoal, com bens patrimoniais, com licitações e contratos, com publicações, uso do veículo oficial, entre outros.

O conteúdo do presente relatório demonstra o atendimento a legislação vigente resultando em ações demonstradas de forma geral, sintética e concisa, objetivando:

- Garantir a veracidade das informações e dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar corrigi-los;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento através de informações do controle interno;
- Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

Portanto, o presente documento traz uma descrição das principais ações realizadas durante o exercício de 2021, organizado de forma que permita uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do Poder Legislativo durante o exercício financeiro a que se refere a Prestação de Contas.

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o capítulo II - DAS FINANÇAS PÚBLICAS, do Título VI - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, como sendo o definidor das grandes linhas de atuação orçamentário-financeira da administração pública brasileira. Assim, por esse capítulo, a sociedade brasileira ratificou a necessidade de integração entre o planejamento e a execução orçamentário-financeira. Nesse mesmo sentido, o art. 174 da CF 88 destacou a importância do planejamento para a administração pública ao afirmar que a função planejamento é determinante para o setor público. A correta gestão pública, pautada em uma execução orçamentária e financeira eficiente, advém da integração coerente entre o que foi planejado e o que será realmente realizado. Sendo assim, não há que se falar na alocação de recursos sem ter o entendimento dos conceitos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Importante destacar que, atualmente, instrumentos legais básicos voltados ao estabelecimento das normas gerais de direito financeiro, a saber: Lei 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, além da Lei Complementar 101/2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É necessário entender o papel do Estado em prol do atendimento das necessidades e dos anseios da sociedade, o que faz da execução das finanças públicas um instrumento fidedigno de implementação de políticas públicas.

Eliminar falhas nas organizações sempre foi grande motivação para avanços e melhorias nos mecanismos de gestão. São através de falhas identificadas que se encontram oportunidades para melhorar a gestão e a execução das atividades.

Uma boa gestão é aquela que alcança resultados, independentemente de meritórios esforços e intenções. E, alcançar resultados, no setor público, é atender às demandas, aos interesses e às expectativas dos beneficiários, sejam cidadãos ou organizações, criando valor público.

Na gestão pública, os mecanismos de controle existentes devem prevenir o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população. Fazer uma apresentação da gestão da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, referente ao exercício de 2021, sob o enfoque da execução das despesas, assim como a gestão orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, passa aqui a ser nosso objetivo.

1.1 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Poder Legislativo é encaminhada para o Poder Executivo até 31 de agosto de cada ano pelo Presidente da Câmara devidamente auxiliado pelos departamentos Jurídico, Contábil e Controladoria.

A proposta é elaborada a partir dos dados do orçamento vigente e de estimativas para o ano seguinte, sendo enviada posteriormente ao Poder Executivo para análise.
Após análise do Poder Executivo, a proposta é adequada à realidade, observando-se principalmente, o valor do indicativo de teto orçamentário possível relativo ao período de referência.
A proposta orçamentária elaborada para o exercício de 2021 foi aprovada em Plenário, pela Lei n° 973, de 27 de novembro de 2020 e *"Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2021",* sendo que o valor da Câmara ficou fixado em R$ 1.745.492,96 (Um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).

1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Câmara Municipal de Laranja da Terra atendeu os limites previstos na Constituição Federal, quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:
"Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:
...
*I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;" (*Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2021, destacamos que o valor aprovado para a Câmara Municipal por meio da 973, de 27 de novembro de 2020 ficou fixado em R$ 1.745.492,96 (Um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).
Porém, é interessante informar que, logo no início do exercício financeiro de 2021, constatamos, após o repasse do duodécimo referente a janeiro, que a Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES teria direito de receber até R$ 1.839.158,40 (Um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).
As despesas realizadas de 01/01/2021 a 31/12/2021 totalizaram R$ 1.565.250,86 (Um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos) obtendo-se uma economia orçamentária no valor de R$ 180.242,10 (Cento e oitenta mil e duzentos e quarenta e dois reais e dez centavos), em relação ao orçamento inicial estipulado, o que dele representa 10,33% (dez inteiros e trinta e três centésimos).

Foi feita uma devolução financeira do saldo remanescente pela Câmara em 30/12/2021, atendendo assim o disposto na Lei Orgânica do Município, Artigo 43, Inciso XIII, que diz: *"- Devolver aos cofres municipais o saldo de suas contas no final do exercício".*

Restou ainda na conta da Câmara Municipal (CC/Aplicação 3.488.533 - Banestes) o valor financeiro de R$ 53.890,97 (Cinquenta e três mil, oitocentos e noventa reais e noventa e sete centavos) dos quais R$ 48.684,62 (Quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro e sessenta e dois centavos) referem-se aos direitos de servidores e Contribuição Patronal (0,21%) - Regime de Competência e os R$ 5.206,35 (Cinco mil, duzentos e seis reais e trinta e cinco centavos) são referentes a empréstimo consignado de vereadores e servidores em Folha de Pagamento, ficando como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar no extrato bancário do período e nos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao Segundo Semestre de 2021.

Do total das despesas empenhadas de 01/01/2021 até 31/12/2021, foram liquidados e pagos R$ 1.565.250,86 (Um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos). Portanto, não tivemos inscrições em Restos a Pagar, pois a Câmara tenta sempre zelar pelo cumprimento de suas obrigações financeiras dentro do exercício correspondente.

Com a aplicação dos valores recebidos a título de Duodécimos no Banco do Estado do Espírito Santo S/A, arrecadamos de Juros sobre Aplicações Financeiras no exercício um total de R$ 6.866,89 (Seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos), devolvidos à PMLT em 30 e 31/12/2021.

Como informado no início, a execução orçamentária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no exercício 2021 respeitou o valor do indicativo de teto orçamentário estipulado pelo Poder Executivo. A Câmara manteve em equilíbrio o gasto público, considerando o cenário de rigidez orçamentária, avaliando constantemente as despesas com folha de pagamento.

1.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

BALANCETE FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2021

INGRESSOS	
ESPECIFICACÃO	**Exercício Atual**
RECEITA ORCAMENTÁRIA (I)	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**1.839.158,40**
CÂMARA MUNICIPAL	1.839.158,40
RECEBIMENTOS EXTRA-ORCAMENTÁRIOS (III)	**252.442,47**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	252.282,33
INSS - SERVIDORES	105.007,26
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	73.039,00
PENSAO ALIMENTICIA	11.000,00
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	55.339,96
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.029,22
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.866,89
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	160,14
OUTROS DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	160,14
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**39.446,16**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39.446,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	39.446,16
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**2.131.047,03**

DISPÊNDIOS	
ESPECIFICACÃO	**Exercício Atual**
DESPESA ORCAMENTÁRIA (VI)	**1.565.250,86**
Legislativa	1.565.250,86
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	**264.669,08**
CÂMARA MUNICIPAL	264.669,08
PAGAMENTOS EXTRA-ORCAMENTÁRIOS (VIII)	**247.236,12**
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	247.075,98
INSS - SERVIDORES	105.007,26
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	73.039,00
PENSAO ALIMENTICIA	11.000,00
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	50.133,61
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.029,22
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.866,89
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	160,14
OUTROS DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	160,14
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	**53.890,97**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.890,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	53.890,97
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	**2.131.047,03**

Fonte: Sistema Contábil

Resumindo:

TÍTULOS	R$
Repasse aprovado para o período, conforme orçamento	R$ 1.745.492,96
Repasse efetivamente realizado em 2021	R$ 1.839.158,40
Valor transferido pela PMLT conforme Art. 29/A da CF	R$ 1.839.158,40
Receita extra orçamentária no período	R$ 252.442,47
Despesa Orçamentária Autorizada para o período	R$ 1.745.492,96
Despesa Orçamentária Realizada no período	R$ 1.565.250,86
Diferença entre Orçado e Realizado	R$ 180.242,10
Despesa extra orçamentária paga no período	R$ 247.236,12
Restos a pagar de exercícios anteriores	R$ 0,00
Devolução/Anulação de Transferência Financeira	R$ 264.669,08
(=) Saldo Real Bancário em 31/12/2021	R$ 53.890,97

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

A prestação de contas anual é uma obrigação constitucional de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, conforme parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. O dever de prestar contas é da pessoa física responsável por bens e valores públicos, não da entidade, e a comprovação deve ser feita de acordo com as normas da Administração.
A Prestação de Contas Anual é elaborada a partir dos registros orçamentários, financeiros e contábeis do órgão, utilizando ainda informações dos controles físicos patrimoniais de almoxarifado e bens móveis, do sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, e demais sistemas contratados para a efetivação dos registros necessários e submetidos à análise e parecer conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.
Nos termos do art. 105, do Regimento Interno do TCEES, as prestações de contas anuais dos jurisdicionados do Tribunal deverão ser encaminhadas, anualmente, até a 31 de março do exercício seguinte.
Ao longo do ano de 2021, estivemos atentos às medidas diferenciadas apontadas especial pela Controladora Geral Interna, pelo Contador e pelo Procurador e Assessor Jurídico, sobre algumas das diversas situações às quais deveríamos observar, principalmente pelo fato de vivermos um momento atípico devido a Pandemia do Covid-19 e que, neste momento, contribuem para elaboração deste Relatório de Gestão, peça componente da Prestação de Contas Anual. Estão entre elas:

- Acompanhamento constante da execução orçamentária/financeira do Poder Legislativo.
- Verificação das etapas de conformidade e conclusão/arquivamento de processos, visando garantir a eficiência quanto a pesquisas futuras nesses materiais.

• Checagem da conformidade dos processos licitatórios, observando o processo original em razão da geração do empenho subsequente, obedecendo suas diversas etapas, do início ao fim.

• Verificação dos relatórios gerenciais de despesas executadas, execução orçamentária aplicada (dotação, empenho e liquidação), quadros financeiros e contábeis, apuração da arrecadação de duodécimos, acompanhamento da evolução patrimonial e controle de almoxarifado e patrimônio, entre outros.

• Observância, por parte dos servidores, das Instruções Normativas elaboradas pela Unidade Central de Controle Interno.

Os resultados constantes nos documentos citados objetivam oferecer condições para análise do exercício de 2021, em seus aspectos orçamentário, financeiro, operacional, econômico e patrimonial, demonstrando toda ação desenvolvida pela Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

Ser ordenador de despesas do Poder Legislativo requer serenidade para lidar com as pressões relacionadas ao cumprimento de prazos e possíveis situações de crise, avaliando cenários e tomando as decisões com o suporte da equipe. A organização no trabalho e o foco constante nos resultados são outras qualidades imprescindíveis para o gestor público.

Verificamos a real necessidade de ampliação do quadro de pessoal e aperfeiçoamento dos servidores, ou seja, sabemos da necessidade constante de promover:

• Capacitações em execução orçamentária, financeira e contábil, administração de recursos humanos e de materiais e patrimônio, licitações e compras, pelos servidores da área, por meio de cursos presenciais ou on-line, videoconferências, treinamentos, etc.

• Aperfeiçoamentos/modificações quanto ao controle dos bens e materiais de consumo.

• Motivação da equipe através da horizontalizarão do trabalho, dando mais poder e, ao mesmo tempo, cobrando mais resultados.

Mas, o ano de 2021 ainda foi bem complexo. A Pandemia do Covid-19 tornou ainda mais necessária a boa gestão dos recursos públicos. Foi necessário abrir mão de certos ideais pra dar lugar à cautela, à ponderação, à sabedoria e entendimento pra lidar com o momento. Realizar cursos de forma presencial não foi possível, mas, por sugestão da Controladora, recomendamos que os servidores se inscrevessem e fizessem cursos na Escola de Contas do TCEES, assistissem a *lives* sobre temas relacionados à Gestão Pública, entre outros.

Muito se tem a fazer. Para o futuro, será necessário cada vez mais valorizar os servidores e dar continuidade à criação de normas próprias que estabeleçam as atividades específicas de

cada departamento/setor, inclusive quanto a elaboração dos arquivos a serem encaminhados para a Prestação de Contas Anual.

3. RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

Em atendimento a Lei Complementar nº 101/2000, a Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES elaborou e publicou semestralmente os Relatórios de Gestão Fiscal - RGF até 30 dias após o encerramento do período a que correspondia, sendo composto no primeiro semestre pelo Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no segundo semestre pelo Anexo 1- Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Fazendo uma análise dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão Fiscal, podemos observar que a Câmara teve como Despesa Total com Pessoal no exercício de 2021 o montante de R$ 1.230.970,89 (Um milhão, duzentos e trinta e novecentos e setenta e nove reais), sendo R$ 1.017.331,40 (Um milhão e dezessete mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta centavos) com Vencimentos de Servidores e Subsídios de Vereadores e R$ 213.639,49 (Duzentos e treze mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos) como Obrigações Patronais, o que implica em 2,77% (Dois inteiros e setenta e sete centésimos) em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada do Município informada pelo Poder Executivo, não ultrapassando assim os limites com Despesa de Pessoal naquele exercício.

Seguem abaixo os dados apurados pelo Departamento Contábil Financeiro/Controladoria, publicados no Diário Oficial dos Municípios - AMUNES (Edição 1945 - 28/01/2022) e no SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro dentro do prazo estipulado:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2021 - JULHO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	96.777,49	99.466,43	97.676,94	98.880,03	100.956,79	98.819,87	98.819,87	99.465,22	99.823,45	98.759,72	98.759,72	142.765,36	1.230.970,89	
Pessoal Ativo	96.777,49	99.466,43	97.676,94	98.880,03	100.956,79	98.819,87	98.819,87	99.465,22	99.823,45	98.759,72	98.759,72	142.765,36	1.230.970,89	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	79.981,40	82.203,67	80.724,75	81.719,04	83.435,37	81.669,32	81.669,32	82.202,67	82.498,73	81.619,61	81.619,61	117.987,91	1.017.331,40	
Obrigações Patronais	16.796,09	17.262,76	16.952,19	17.160,99	17.521,42	17.150,55	17.150,55	17.262,55	17.324,72	17.140,11	17.140,11	24.777,45	213.639,49	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizaçi														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	96.777,49	99.466,43	97.676,94	98.880,03	100.956,79	98.819,87	98.819,87	99.465,22	99.823,45	98.759,72	98.759,72	142.765,36	1.230.970,89	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.402.546,62	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF) (V)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art 166-A, § 16 da CF) (VI)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	44.402.546,62	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.230.970,89	2,77
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.664.152,80	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.530.945,16	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.397.737,52	5,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Emissão: 22/01/2022 - as 09:02:32

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2021 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**53.890,97**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.206,35**	0,00	**48.684,62**	**0,00**	**0,00**	48.684,62
RECURSOS ORDINÁRIOS	53.890,97	0,00	0,00	0,00	5.206,35	0,00	48.684,62	0,00	0,00	48.684,62
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**53.890,97**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.206,35**	0,00	**48.684,62**	**0,00**	**0,00**	48.684,62

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2021 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O ANO
Receita Corrente Líquida	44.402.546,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.402.546,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.402.546,62

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.230.970,89	2,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	2.664.152,80	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	2.530.945,16	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	2.397.737,52	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.768.560,26	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		48.684,62

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Exercício 27/01/2022 , às 08:59:37

JACKSON BULHHANM
Presidente da CâmaraMunicipal

GILMAR VIEIRA DA SILVA
CONTADOR
CRC-ES 018349/O

VERUSKA PEDRO
CONTROLADORA GERAL INTERNA
PORTARIA 018/2012

Fontes: Mural da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES; Diário da Amunes, edição 1945, de 28/01/2022 (págs 711 a 713) e Portal da Transparência (www.cmlaranjadaterra.es.gov.br, aba: Contas Públicas/Relatórios de Gestão Fiscal).

4. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de recursos humanos é uma atividade executada por organizações públicas e privadas com a finalidade de selecionar, gerir e direcionar os colaboradores de uma organização no cumprimento de objetivos e interesses pré-definidos. Os recursos humanos são o componente mais importante de uma instituição. Gerenciá-lo de forma apropriada é fundamental para que ele funcione adequadamente.

Nesse sentido, é dever da Administração manter um quadro de pessoal qualificado, motivado e adequado às suas necessidades, observando sempre o aspecto da legalidade no que se referem aos atos de gestão de recursos humanos, certificando-se da lisura e eficiência.

Assim, administrar é dirigir uma organização utilizando técnicas de gestão para que esta alcance seus objetivos. A essência do trabalho do gestor público consiste em obter resultados por meio das pessoas que ele coordena e das ações que implementa.

A folha de pagamento tem função operacional, contábil e fiscal, sendo constituída com base em todas as ocorrências mensais do servidor, com a descrição dos fatos que envolveram a relação de trabalho, transformada em valores numéricos, ou seja, resultados, levando em consideração os códigos, quantidades, referências, percentagens e valores apurados.

O quadro funcional da Câmara em 31 de dezembro de 2021, composto da seguinte forma:
Vereadores: 09 (nove)
Servidores Efetivos: 06 (seis)
Servidores Comissionados: 03 (três)
Servidor recebido por meio de cessão: 01 (um)
Total de Servidores em atividade: 10 (Dez)
Total geral (Vereadores + servidores) = (9 + 6 + 3 + 1) = 19 (dezenove)
Estagiários: 02 (dois)

Cargos ocupados: Contador; Auxiliar de Secretaria Geral; Auxiliar Parlamentar; Assistente Parlamentar; Agente de Serviços Gerais; Procurador e Assessor Jurídico; Controlador Geral Interno; Secretário Geral da Câmara; Assessor das Comissões e, Motorista e Controlador de Combustíveis.

GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO - 70%	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
REPASSE RECEBIDO	R$ 1.839.158,40
Orçamentário/financeiro	R$ 1.017.331,40
3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas	R$ 0,00
3.1.90.03.00 - Pensões	R$ 0,00
3.1.90.04.00 - Contratação Tempo Determinado	R$ 0,00

3.1.90.09.00 - Salário-Família	R$ 0,00
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 1.017.331,40
TOTAL DA DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	R$ 1.017.331,40
A - Limite conforme Constituição - 70,00 %	R$ 1.287.410,88
B - Valor Aplicado	R$ 1.017.331,40
Percentual Aplicado (%)	55,32%
Diferença (A - B)	R$ 270.079,48

OBS: Se considerarmos o valor orçamentariamente, aprovado na LOA, R$ 1.745.492,96 (Um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), o valor de R$ 1.017.331,40 (Um milhão e dezessete mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta centavos) liquidados com Folhas de Pagamento representaria 58,28% (Cinquenta e oito inteiros e vinte e oito centésimos).

O reconhecimento das receitas e gastos é um dos aspectos básicos da contabilidade que deve ser conhecido para poder avaliar adequadamente as informações financeiras.
Sob o método de competência, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos. No caso do valor relativo a férias, abono de férias (1/3), 13º salário e a parte patronal ao INSS correspondente, a Câmara apropria estes valores mensalmente em obediência ao regime de competência, efetuando o registro para o pagamento dessas verbas. Assim, ressaltamos aqui que foi deixado em 31/12/2021 no Banco do Estado do Espírito Santo - C/C 3.488.533, um saldo de R$ 53.890,97 (Cinquenta e três mil, oitocentos e noventa reais e noventa e sete centavos) dos quais R$ 48.684,62 (Quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro e sessenta e dois centavos) referem-se aos direitos de servidores e respectivos encargos patronais - Regime de Competência e, os R$ 5.206,35 (Cinco mil, duzentos e seis reais e trinta e cinco centavos) são referentes a empréstimo consignado de vereadores e servidores em Folha de Pagamento.
Estamos fortalecendo as implementações sistemas no tocante a integração para que o trabalho seja facilitado e adequados às normas vigentes.
A análise da informação qualitativa e quantitativa quanto à motivação dos servidores públicos manifesta que certas práticas institucionais objetivadas nos moldes tradicionais de prestação desses serviços representam obstáculos para a introdução de novos projetos e para a inovação necessária. Isso significa que os desejos de mudança, diante de uma realidade institucional fortemente marcada pela reprodução de velhos esquemas organizativos, somente alcançam o objetivo de desmotivar os funcionários de cada setor.
Uma política de intervenção que se baseia na construção de novos espaços deve enfrentar, ainda, o problema de que muitos não atribuem significação à motivação diante do seu

trabalho e esse mal-estar é um indicador das dificuldades existentes para se trabalhar em equipe, com uma cultura de colaboração, quando a autonomia e a motivação são inexistentes. Sabemos também que a motivação para o aproveitamento desse espaço/tempo passa também pela abordagem de temáticas adequadas aos interesses dos funcionários, pelo incentivo à expressão de opiniões e pela elaboração de propósitos claramente definidos, que se apresentem como possibilidades.

Somos conhecedores de que a formação e a motivação são energias que conduzem a atividade humana ao alcance da excelência na prestação de serviços públicos, podendo se converter nos principais objetivos da gestão de pessoas nesse setor e fundamento de sua existência. O primeiro desafio é alinhar o conhecimento com uma aprendizagem voltada para o alcance da excelência produtiva e operacional da organização, para o alcance de seus objetivos e para o aumento de sua produtividade. O segundo desafio é possibilitar a compreensão do papel de cada um e a importância de sua qualificação para o desempenho global. Esse alinhamento é essencial para ações de treinamento e desenvolvimento, porque garante que o conhecimento seja manejado para compreender e agir para que os objetivos sejam alcançados. O terceiro desafio é garantir a aprendizagem real, que torne mais produtivo o trabalho individual e de equipe e eficientes os processos internos e externos.

O quadro abaixo apresenta as variações relativas a Despesas com Pessoal no período de 2019 a 2021, para uma comparação mais eficiente:

Ano	Vencimentos e Vantagens fixas - P. Civil - Folhas de Pagamento	Obrigações Patronais - INSS - RGPS	Total R$
2019	R$ 961.297,36	R$ 200.245,09	R$ 1.161.542,45
2020	R$ 1.013.691,67	R$ 211.954,92	R$ 1.225.646,59
2021	R$ 1.017.331,40	R$ 213.639,49	R$ 1.230.970,89

Fonte: Sistema Informatizado de Contabilidade Pública.

Ressalte-se que a Lei Municipal nº. 0967/2020, de 11 de setembro de 2020, fixou o Subsídio do Vereador em R$ R$ 5.385,00 (Cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais) e do Presidente da Câmara em R$ 6.462,00 (Seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais).

4.1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS

DESPESAS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS - EXERCÍCIO 2021			
Meses	PATRONAL	DESC. SERVIDORES	PAGO EM:
JANEIRO	R$ 16.796,09	R$8.322,40	29/01/2021
FEVEREIRO	R$ 17.262,76	R$ 8.505,76	26/02/2021
MARÇO	R$ 16.952,19	R$ 8.376,84	31/03/2021
ABRIL	R$ 17.160,99	R$ 8.495,67	30/04/2021

MAIO	R$ 17.521,42	R$ 8.648,66	31/05/2021
JUNHO	R$ 17.150,55	R$ 8.489,71	29/06/2021
JULHO	R$ 17.150,55	R$ 8.489,71	30/07/2021
AGOSTO	R$ 17.262,55	R$ 8.539,19	31/08/2021
SETEMBRO	R$ 17.324,72	R$ 8.589,48	30/09/2021
OUTUBRO	R$ 17.140,11	R$ 8.483,74	27/10/2021
NOVEMBRO	R$ 17.140,11	R$ 8.483,74	30/11/2021
DEZEMBRO	R$ 18.229,08	R$ 8.774,05	29/12/2021
13º	R$ 6.548,37	R$ 2.808,31	17/12/2021
Totais Individuais	**R$ 213.639,49**	**R$ 105.007,26**	
Total Geral	**R$ 318.646,75**		

INSS sobre FOLHAS DE PAGAMENTO - Parte Patronal	**EMPENHADO**	**LIQUIDADO**	**PAGO**
	R$ 213.639,49	R$ 213.639,49	R$ 213.639,49

Fonte: Balancete Analítico da Despesa Orçamentária - Sistema contábil

INSS sobre FOLHAS DE PAGAMENTO - Parte dos Segurados	**INSCRIÇÕES**	**BAIXAS**
	R$ 105.007,26	R$ 105.007,26

Fonte: Balancete da Despesa Extra Orçamentária - Sistema contábil

Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do servidor e da parte empregador.

5. SUPORTE ADMINISTRATIVO - SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

A Secretaria Geral da Câmara Tem prestado assessoramento em matéria de planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pelo órgão, estudou e analisou o funcionamento e a organização de seus serviços e promoveu a execução de medidas para simplificação, racionalização e aprimoramento de suas atividades. Também coordenou e controlou as ações inerentes ao sistema de Almoxarifado, Patrimônio, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Limpeza e Conservação das dependências, Controle do uso do veículo oficial, Licitações e Compras.

O patrimônio público deve ser entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações, mensuráveis em moeda corrente, pertencentes a uma entidade da Administração Direta ou Indireta, que não visa lucro, e sim está voltada para o atendimento das necessidades e interesses da coletividade. Com isso, é de responsabilidade dos administradores e administrados vincular a proteção e defesa do patrimônio das entidades, através de um cadastramento eficiente de todos esses materiais, que possam vir a servir de base para futuros levantamentos e aferições, uma vez que todo esse conjunto de materiais constitui o

patrimônio público, o qual foi adquirido com recursos da sociedade. Custou dinheiro e deve ser tratado como se dinheiro fosse.

A fim de manter atualizados os registros dos bens patrimoniais, bem como a responsabilidade dos setores onde se localizam tais bens, a Câmara procede ao inventário anualmente por meio de Comissão designada para tal, mediante verificações físicas no fim do exercício financeiro. Este relatório é incorporado à Prestação de Contas Anual a ser encaminhada até 31 de março do exercício seguinte.

5.1 RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS EM 2021

Com o intuito de suprir as necessidades administrativas e legislativas de seus setores quanto a modernização e substituição de itens defasados e proporcionar ao público e aos servidores melhores condições de informação e visibilidade, a Câmara Municipal adquiriu em 2021 os equipamentos abaixo descritos:

Tombamento	Conta Contábil	Descrição	Data de Aquisição	Quantidade	Aquisições	Valor Atual (Contábil)	Depreciações	Valor Atual (Físico)
000000352	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Computador PICHAU Home, Core I5-10400F Radeon RS22	26/02/2021	1	R$ 3.900,00	R$ 3.900,00	-R$ 585,00	R$ 3.315,00
000000353	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Monitor 19,5"P Acer V206HQL PTO	26/02/2021	1	R$ 539,00	R$ 539,00	-R$ 80,85	R$ 458,15
000000354	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Nobreak Interactive 27391 Statin II UST8008	26/02/2021	1	R$ 495,00	R$ 495,00	-R$ 74,25	R$ 420,75
000000355	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000356	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000357	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000358	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000359	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000360	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Câmera IP 2MP VIP 1230 Bullet Full HD	26/02/2021	1	R$ 440,00	R$ 440,00	-R$ 33,00	R$ 407,00
000000361	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000362	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000363	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000364	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000365	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000366	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Fonte Chaveada 12V 2A Bivolt-Plug 5,5mmX2,1mm	26/02/2021	1	R$ 35,00	R$ 35,00	-R$ 2,60	R$ 32,40
000000367	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Roteador TP-Link Archer C50 V3	26/02/2021	1	R$ 260,00	R$ 260,00	-R$ 39,00	R$ 221,00
000000368	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Interface áudio behringer UMC22 USB U-PHORIA pre m	09/03/2021	1	R$ 990,00	R$ 990,00	-R$ 66,82	R$ 923,18
000000369	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Mesa de som Signature 22(bivolt)	09/03/2021	1	R$ 3.690,00	R$ 3.690,00	-R$ 249,08	R$ 3.440,92
000000370	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	DBX 2231V (110V)	09/03/2021	1	R$ 1.290,00	R$ 1.290,00	-R$ 87,08	R$ 1.202,92
000000371	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Caixa acústica ativa SLR-5045	09/03/2021	1	R$ 3.190,00	R$ 3.190,00	-R$ 215,33	R$ 2.974,67
000000372	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Caixa acústica ativa SLR-5045	09/03/2021	1	R$ 3.190,00	R$ 3.190,00	-R$ 215,33	R$ 2.974,67

000000373	123110303000 - MOBILIARIO EM GERAL	Pedestal para microfone girafa com pés	09/03/2021	1	R$ 180,00	R$ 180,00	-R$ 12,15	R$ 167,85
000000374	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Microfone de mesa profissional Gooseneck-MMF303	09/03/2021	1	R$ 450,00	R$ 450,00	-R$ 30,37	R$ 419,63
000000375	123110405000 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	Microfone de mesa profissional Gooseneck-MMF303	09/03/2021	1	R$ 450,00	R$ 450,00	-R$ 30,37	R$ 419,63
000000376	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0	29/04/2021	1	R$ 650,00	R$ 650,00	-R$ 78,00	R$ 572,00
000000377	123110406000 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	Quadro - Galeria de Fotos Histórico-políticas	09/06/2021	1	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 0,00	R$ 1.400,00
000000378	123110503000 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	Veículo 0km SPIN 18L AT Premier, Chassis 9BGJP7520	18/10/2021	1	R$ 127.000,00	R$ 127.000,00	-R$ 3.810,00	R$ 123.190,00
000000379	123110102000 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	PABX Intelbras Conecta+ com placa interface cel 3G	04/11/2021	1	R$ 3.912,00	R$ 3.912,00	-R$ 26,08	R$ 3.885,92
000000380	123110406000 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	Quadro com moldura em madeira 23x33cm com foto rev	10/11/2021	1	R$ 249,00	R$ 249,00	R$ 0,00	R$ 249,00
000000381	123110303000 - MOBILIARIO EM GERAL	Pedestal microfone studio flexível pé de ferro	06/12/2021	1	R$ 590,00	R$ 590,00	R$ 0,00	R$ 590,00
000000382	123110201000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	NOBREAK TS Shara Compact XPRO 800VA 560W 4443 Mono	06/12/2021	1	R$ 830,00	R$ 830,00	R$ 0,00	R$ 830,00
000000383	123110303000 - MOBILIARIO EM GERAL	Mastro oficial para 3 bandeiras	22/12/2021	1	R$ 360,00	R$ 360,00	R$ 0,00	R$ 360,00
32					**156.465,00**	**156.465,00**	**-5.813,31**	**150.651,69**

Os equipamentos adquiridos são imprescindíveis para atender as demandas da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES e a melhoria de atendimento ao cidadão, bem como à otimização de processos governamentais voltados às boas práticas de gestão e governança.

Houve baixa de bens no exercício em questão, conforme descrito na tabela abaixo:

Ordem	**Tombamento**	**Especificação**
1	000000042	Aparelho de telefone Intelbras EMFT1S
2	000000160	PABX - Micro Central 2/8
3	000000177	MICROCOMPUTADOR - Intel p 430 ghz
4	000000179	MICROCOMPUTADOR - Intel p 430 ghz
5	000000182	Impressora Multifuncional HP Laser Color CM 1415 N
6	000000212	Computador de Mesa 1, intel 5, 4440, 3.3 ghz
7	000000287	Desktop All In One Union Positivo
8	000000293	Notebook
9	000000295	Nobreak UPS SOHO II B 1000VA
10	000000297	Nobreak UPS SOHO II B 1000VA
11	000000299	Nobreak UPS SOHO II B 1000VA
12	000000328	Multifuncional Laserjet Color T6B74A#696
13	000000332	Nobreak TS Shara UPS SOHO II 1000VA 1 Bat 12V/7AH
14	000000063	Condicionador de ar 18.000 btu’s 220 w
15	000000064	Condicionador de ar 18.000 btu’s 220 w
16	000000066	Condicionador de ar 18.000 btu’s 220 w
17	000000319	Fragmentadora de papel 10 folhas
18	000000169	Câmera Fotográfica digital Sony W180, 10.1Mp, zoom de 3x.
19	000000183	Equalizador EQW 152 Master

20	000000184	Caixa de Som Passiva 6 TSI
21	000000185	Caixa de Som Passiva 6 TSI
22	000000186	Caixa de Som Passiva 6 TSI
23	000000187	Caixa de Som Passiva 6 TSI
24	000000188	Amplificador DBL
25	000000189	Mesa de Som AMBW
26	000000191	Microfone TSI - MMF 303
27	000000193	Microfone sem fio TSI - UD 5000
28	000000201	Palio WK Adventure Dual, 05 passageiros, 4 cilindros, 2011/2012, Prata Bari, Chassi 9bd373165c5006318, Renavam 152479, Placa ODA0518.

Os bens móveis do Poder Legislativo estão incorporados ao Patrimônio da Câmara.

Classe Inicial: 010 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAOClasse Final: 186 - TERRENOSPeríodo Inicial: 01/01/2021Período Final: 31/12/2021

Câmara Municipal de Laranja da Terra
Estado do Espirito Santo

BALANÇO PATRIMONIAL POR CLASSE

Classes Patrimoniais	ValorAnterior(+)	Aquisições / Incorporações(+)	Avaliações(+) ou (-)	Reavaliações(+)	Estorno de Reavaliações(-)	Baixas(-)	Estorno de Baixas(+)	Depreciações(-)	Estorno de Depreciações(+)	Valor Atual
123110102000 - APARELHOS EEQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO (010)	2.642,45	3.912,00	-846,22			-128,08		-259,00		5.321,15
123110201000 - EQUIPAMENTOS DEPROCESSAMENTO DE DADOS (023)	32.879,65	6.674,00	5.406,62			-4.098,74		-7.391,36		33.470,17
123110301000 - APARELHOS E UTENSILIOSDOMESTICOS (026)	13.606,95		3.292,07			-51,24		-1.599,04		15.248,74
123110302000 - MAQUINAS E UTENSILIOSDE ESCRITORIO (026)	2.141,39		425,22			-148,01		-261,62		2.156,98
123110303000 - MOBILIARIO EM GERAL(027)	25.476,14	1.130,00	22.124,01					-3.015,04		45.715,11
123110401000 - BANDEIRAS, FLAMULAS EINSIGNIAS (029)	157,42		88,29					-21,29		224,42
123110405000 - EQUIPAMENTOS PARAAUDIO, VIDEO E FOTO (033)	6.038,68	16.100,00	3.115,45			-2.629,66		-1.879,04		20.745,43
123110406000 - OBRAS DE ARTE E PECASPARA EXPOSICAO (034)	11.732,04	1.649,00								13.381,04
123110503000 - VEICULOS DE TRACAOMECANICA (038)	26.375,50	127.000,00				-22.496,75		-7.688,75		123.190,00
T O T A L :	**121.050,22**	**156.465,00**	**33.605,44**			**-29.552,48**		**-22.115,14**		**259.453,04**

Fonte: Sistema Informatizado de Administração Patrimonial

5.2 MATERIAIS DE CONSUMO ADQUIRIDOS EM 2021

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ANO REFERÊNCIA: 2021
PERÍODO: 01/01/2021 até 31/12/2021

UG: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

CONTA CONTÁBIL	Descrição p/Subitem Contábil	Valores do Inventário FÍSICO				Valores registrados na Contabilidade				Divergência A - B
		Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - A	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - B	
115610100000	MATERIAL DE CONSUMO	1.629,17	40.013,24	41.135,10	507,31	1.629,17	40.013,24	41.135,10	507,31	
115610200000	GENEROS ALIMENTÍCIOS	243,19	3.728,78	3.940,30	31,67	243,19	3.728,78	3.940,30	31,67	
115610400000	AUTOPEÇAS		3.859,60	3.859,60			3.859,60	3.859,60		
115610500000	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		328,32	278,32	50,00		328,32	278,32	50,00	
115610700000	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.200,48	7.395,04	5.380,72	4.214,80	2.200,48	7.395,04	5.380,72	4.214,80	
T O T A L		**4.072,84**	**55.324,98**	**54.594,04**	**4.803,78**	**4.072,84**	**55.324,98**	**54.594,04**	**4.803,78**	

Fonte: Sistema Informatizado de Almoxarifado

6. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A transparência é uma importante ferramenta para tornar a gestão pública mais eficiente. Evita a corrupção, a centralização, ajuda a criar uma dinâmica para avaliar o desempenho de pessoas e de projetos. Sobretudo, cria base de apoio para que as políticas públicas sejam continuadas. É também um mecanismo de controle dos gastos públicos, dando efetividade ao aprimoramento da governança ao analisar com profundidade e de forma imparcial as estratégias de alocação de verbas públicas e a qualidade dos gastos governamentais.
Através da transparência, há de construir-se um Estado que gaste melhor, com a diminuição da corrupção, trazendo, outrossim, maior benefício social com os investimentos dos recursos obtidos.
Faz-se cada vez mais importante que a Administração Pública desenvolva meios de garantir que a sociedade tenha acesso à forma como está sendo utilizado o dinheiro e os bens públicos. Garantir a transparência dos gastos públicos viabiliza a ratificação do estado democrático de direito.
Além de o Assistente Parlamentar alimentar o Site, no endereço *cmlaranjadaterra.es.gov.br*, quanto às atividades inerentes ao Processo Legislativo e a Controladora Geral Interna publicar algumas outras informações, acompanhar e cobrar outras dos operadores diretos dos sistemas que fornecem as informações para o Portal da Transparência, há ainda que se alimentar outras informações necessárias não disponibilizadas diretamente pelos sistemas, a fim de atender a legislação em vigor.

7. GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

No controle da administração pública, os contratos administrativos para a realização de obras, aquisição de bens ou prestação de serviços constituem um ponto bastante sensível. Boa parte das notícias que envolvem denúncias de irregularidade e que circulam nos meios de comunicação diz respeito, direta ou indiretamente, aos processos de licitação e aos termos e condições contratuais pactuados entre o órgão público contratante e o particular contratado. O mesmo pode ser dito dos pronunciamentos dos Tribunais de Contas acerca da irregularidade das contas dos gestores públicos.
O que torna a questão complexa é que não basta fazer a licitação e formalizar o contrato administrativo. Faz-se necessária a gestão dos contratos depois que são assinados. Isto significa acompanhar toda a evolução do processo, desde a definição precisa da necessidade da administração, passando pela aprovação do edital, a realização do certame, até a execução do contrato, certificando-se de que o contratado está realizando a obra ou prestando o serviço

conforme determina o projeto básico ou o termo de referência. É preciso conferir se os bens adquiridos são de fato fornecidos na quantidade e qualidade especificadas no contrato.
Assim, preocupamo-nos com o gerenciamento dos contratos, já que é necessidade crucial para uma boa gestão. O acompanhamento periódico da execução contratual possibilitou aos membros da administração diagnosticar e corrigir as eventuais falhas porventura existentes.
Em 2021 foi criada, por meio de Ato Próprio da Presidência, uma Comissão Especial de Licitação para aquisição do veículo SPIN - EDITAL Nº 001/2021 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM. Os demais processos licitatórios foram realizados por meio de dispensa de licitação.

Devido a Pandemia do Covid-19, as informações a serem encaminhadas por meio do Sistema CidadES Contratações deixaram de ser obrigadas em 2021, passando o novo prazo para março de 2022.

7.1. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2021

Sabe-se que contrato público ou administrativo é o instrumento que vincula a Administração e a empresa com o intuito de formalizar suas aquisições de produtos e serviços.
Em 2021 foram realizados os seguintes contratos, totalizando o montante de R$ 263.669,71 (Duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos, conforme segue abaixo:

Lista de Contratos
Período De 01/01/2021 Até 31/12/2021

Ano Contrato	Nº Contrato	Data Assinatura	Contratado	Vlr Contrato	Vlr Anul. Contrato
2021	0000001	01/01/2021	WW INFORMATICA LTDA - ME	1.140,00	95,00
2021	0000002	22/01/2021	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER ME	9.780,00	0,45
2021	0000003	01/02/2021	SUPER RADIO DM LTDA	16.041,63	14.097,19
2021	0000004	01/02/2021	WW INFORMATICA LTDA - ME	4.848,00	
2021	0000005	09/02/2021	PLACAS EXPRESS - COMUNICACAO VISUAL EIRELI	6.593,00	
2021	0000006	19/03/2021	WW INFORMATICA LTDA - ME	3.600,00	
2021	0000007	23/06/2021	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI -	41.083,54	41.083,54
2021	0000008	27/08/2021	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI -	41.083,54	
2021	0000009	08/09/2021	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER ME	12.500,00	10.619,30
2021	0000010	14/10/2021	VCS IMPLEMENTOS E VEÍCULOS LTDA	127.000,00	
				263.669,71	65.895,48

De todos esses contratos, foi anulado o valor de R$ 65.895,48 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), ou por erros formais em sua formulação (rescisão de comum acordo) ou por rescisão unilateral em virtude de sua não utilização.

7.2 - ADITIVOS CELEBRADOS EM 2021

Período De 01/01/2021 Até 31/12/2021

Nº Contrato	Nº Aditivo	Data Assinatura	Histórico Aditivo	Pessoa	Tipo	Valor Aditivo
0000002/2021	0000001/2021	05/03/2021	PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE EQUILÍBRIO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUTÍVEL DE Nº 002/2021.	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER ME	03 - Valor	1.042,60
0000002/2021	0000002/2021	31/05/2021	SEGUNDO TERMO ADITIVO DE EQUILÍBRIO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE Nº 002/2021.	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER ME	03 - Valor	465,59
0000002/2021	0000003/2021	16/07/2021	TERCEIRO TERMO ADITIVO DE MODIFICAÇÃO CONTRATUAL POR MEIO DE ADITIVO COM ACRÉSCIMO DE 25% AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER ME	01 - Objeto	3.030,00
0000004/2018	0000004/2021	25/01/2021	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 04/2018 - EMPRESA ESPECIALIZADA EM TI - HOSPEDAGEM EM DATA CENTER. (SITIO DA CÂMARA MUNICIPAL)	AGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-EPP	04 - Prazo/Valor	9.720,00
0000006/2019	0000002/2021	03/11/2021	SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 06/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRES LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA	04 - Prazo/Valor	60.000,00
						74.288,19

É notório que a gestão de processos pode influenciar as decisões políticas, com demonstrações reais de resultados que podem ser alcançados com alterações ou eliminação de rotinas ultrapassadas e que não apresentam vantagens ao órgão.

Deve-se destacar a relevância a capacitação para servidores para atuar na Fiscalização de Contratos, no Controle do Almoxarifado e do Patrimônio, com as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação, Portal da Transparência, digitalização dos processos do acervo permanente para posterior disponibilização para consulta via web e eliminação, implantação do processo eletrônico visando à continuidade de ações que proporcionem maior transparência e celeridade no trâmite processual, entre outras atividades.

É preciso também aprimorar continuamente o processo legislativo e otimizar os recursos visando à melhoria da atuação parlamentar, para a melhor fiscalização dos atos do Poder Executivo, elaboração da legislação e articulação permanente com a sociedade.

7. DESPESAS COM O VEÍCULO OFICIAL

A Câmara possuiu até 22 de novembro de 2021 o veículo Palio Weekend Placa ODA 0518. Em 25 de Outubro de 2021 adquiriu o veículo SPIN 18L AT Premier, Chassis 9BGJP7520NB127459, nº do motor JUX009637, 2021/2022, 7 passageiros, Potência 111CV, 1.8 cilindradas, marca Chevrolet, Flex, CINZA SATIN STEEL - Placa: RQQ1D23.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS	VALOR (R$)
Aquisição de 8 pneus	R$ 4.320,00
Peças, acessórios e serviços de manutenção e conservação	R$ 7.434,42
Serviço de limpeza e higienização dos carros	R$ 260,00
Total	R$ 12.014,42

Fonte: Sistema Contábil informatizado e Sistema de Almoxarifado

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - Licenciamento Anual, postagem do CRLV, e Seguro DEPVAT do veículo Palio Wekeend Adventure Dualogic 1.8 16v. flex 4p/2011, Placa ODA 0518, da Câmara Municipal ref. ao ano de 2021.
Valor: R$ 383,26 (Trezentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos)

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Seguro do veículo Palio Wekeend Adventure Dualogic 1.8 16v. flex 4p/2011, Placa ODA 0518 e seguro do veículo SPIN 18L AT Premier, Chassis 9BGJP7520NB127459, nº do motor JUX009637, 2021/2022, 7 passageiros, Potência 111CV, 1.8 cilindradas, marca Chevrolet, Flex, CINZA SATIN STEEL - Placa: RQQ1D23.
Valor total: R$ 3.538,28 (Três mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos)

8.2. COMBUSTÍVEL

Em 2022, realizamos atividades parlamentares e administrativas, entre elas a busca para melhoramento das atividades desempenhadas, que dependeram da utilização do veículo oficial e, consequentemente, do consumo de combustível.
As funções realizadas pelos Vereadores se destinaram a fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo (Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais) e os atos de toda a administração municipal por meio de vistorias e inspeções *in loco* e ainda para convocação de autoridades municipais para prestar esclarecimentos em função da melhoria da qualidade de vida da população, desempenhando a função de mediador entre os habitantes e o prefeito.

No exercício de 2021 foi gasto com combustível o montante de R$ 28.481,57 (Vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

9. PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS/ATIVIDADES DA CMLT

Os Relatórios de Gestão Fiscal foram legalmente formalizados e publicados, obedecendo à legislação pertinente. O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre de 2021 foi publicado em 28 de janeiro de 2021 no mural da Câmara, no Diário Oficial dos Municípios - Amunes e no Siconfi. Os outros relatórios e atos administrativos praticados pelo Poder Legislativo foram legalmente formalizados e publicados em tempo hábil, ora no site oficial da Câmara, ora no mural, ora no Departamento de Imprensa Oficial (DIO), conforme cada caso, sendo os comprovantes devidamente arquivados nos processos correspondentes.

9.1. PUBLICAÇÕES NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL - (DIO/ES) e no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS (DOM - AMUNES) - EXERCÍCIO 2021

15 Publicações

Escolha um cliente... | Protocolo | Valor | Usuário | 01/01/2021 | 31/12/2021 | Filtrar | Limpar

Protocolo	Descrição	Tipo de Edição	Categoria	Enviado à	Enviado por	Situação	Valor	Data	Ações
749853	Extrato - Segundo Termo Aditiv	DOM - AMUNES	Aditivo	2 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	19/11/2021	Comprovante
732895	Contrato 10-2021 - Aquisição d	DOM - AMUNES	Contrato	3 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	18/10/2021	Comprovante
732892	Resultado da Licitação - Amune	DOM - AMUNES	Termos	3 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	18/10/2021	Comprovante
731191	PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO	Diário Oficial do Espírito Santo	Resultado de Licitação	3 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 93.90	14/10/2021	Comprovante
718575	Extrato - Rescisão Gasolina -	DOM - AMUNES	Termos	4 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	21/09/2021	Comprovante
713417	Extrato - Pregão Presencial -	Diário Oficial do Espírito Santo	Aviso de Licitação	4 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 260.68	13/09/2021	Comprovante
713408	Extrato - Resumo Pregão Presen	DOM - AMUNES	Edital	4 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	13/09/2021	Comprovante
711888	Extrato - Contrato Gasolina -	DOM - AMUNES	Contrato	4 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	09/09/2021	Comprovante
708787	09 - Extrato do Contrato 08 20	DOM - AMUNES	Contrato	5 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 0.00	02/09/2021	Comprovante
691175	DIO - AVISO DE DISPENSA DE LIC	Diário Oficial do Espírito Santo	Dispensa de Licitação	6 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 251.11	02/08/2021	Comprovante
680840	Extrato do Contrato 07 2021 -	Diário Oficial do Espírito Santo	Dispensa de Licitação	7 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 181.70	24/06/2021	Comprovante
673962	AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	Diário Oficial do Espírito Santo	Dispensa de Licitação	8 meses atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 220.83	31/05/2021	Comprovante
648964	04 - Extrato - WW Informática	Diário Oficial do Espírito Santo	Contrato	um ano atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 191.27	24/02/2021	Comprovante
645026	Extratos dos Contratos Adm. 02	Diário Oficial do Espírito Santo	Contrato	um ano atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 343.56	05/02/2021	Comprovante
640779	01 - Extrato - Contrato Intern	Diário Oficial do Espírito Santo	Contrato	um ano atrás	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	R$ 128.09	19/01/2021	Comprovante

Valor total das publicações no Departamento de Imprensa Oficial (DIO/ES): R$ 1.671,14 (Um mil, seiscentos e setenta e um reais e catorze centavos)

10. OBRAS E MANUTENÇÕES

Uma das dificuldades apresentadas para que sejam realizadas obras e manutenções por parte da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é a de que o imóvel em que se localiza a mesma é de propriedade do Poder Executivo, mas, em 2021 foi aprovada a Lei nº 981, de 08 de fevereiro de 2021, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL COM O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". A partir dela e do Termo de Cessão de Uso próprio, a Câmara está autorizada a realizar obras e manutenções que achar convenientes e necessárias para o bom andamento das atividades.

Como não há previsão para qualquer possibilidade de construção de uma sede própria, para o futuro, já que o edifício não é de propriedade da Câmara Municipal, é preciso investir na realização de melhorias no pavimento em que a Câmara está instalada, como a construção de rampa de acesso para pessoas com deficiência e manutenção corretiva da edificação.

Além disso, devem ser promovidas readequações de tomadas e iluminação do edifício, com redistribuição de cargas elétricas, reduzindo a necessidade de extensões, filtros de linha, nobreaks e estabilizadores. Reforçamos a necessidade de elaboração de projetos nas seguintes áreas:

- Adequação do espaço físico das unidades ao mobiliário, propiciando maior conforto e segurança aos servidores e usuários.
- Monitoramento de acesso de usuários por meio de câmeras de segurança e instalação de alarmes, visando propiciar maior segurança aos servidores/usuários do edifício, bem como ao patrimônio institucional.
- Climatização total do pavimento do edifício.

Portanto, muito se tem ainda a fazer para melhorar as condições físicas do espaço no qual a Câmara se encontra atualmente instalada.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI

Os órgãos públicos necessitam passar por uma transformação tecnológica, objetivando adequar suas gestões governamentais à modernização e atenderem as suas necessidades e da sociedade com mais transparência, buscando a melhoria da qualidade de seus serviços com mais eficiência em um novo ambiente e ao mesmo tempo inovando o modo de se comunicar com o cidadão de forma direta. Para isso, nós, governantes, precisamos investir em equipamentos tecnológicos e, principalmente, na capacitação dos gestores e servidores públicos.

A necessidade de adequar a gestão pública à TI prepara os órgãos também no atendimento de leis importantes como a Lei de Acesso à Informação - LAI e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e um de seus principais pilares encontra-se na transparência, onde os instrumentos de gestão dos governos devem ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. A utilização da Internet deve ocorrer de forma que as informações sejam claras e objetivas para facilitar o entendimento do cidadão em suas diversas classes, o que, sem dúvida, promove a participação democrática e o controle social. Assim, a necessidade de investir na TI é evidente, já que exerce um papel fundamental na transformação das administrações públicas. E, particularmente a Internet com as suas diversas opções de uso, é peça indispensável para que isso aconteça, principalmente na mudança no modelo de conduzir as gestões públicas, tornando os serviços mais ágeis e eficientes, fazendo com que haja maior transparência nas ações governamentais, além de propiciar benefícios à sociedade através de sua correta utilização, pois as mudanças serão sentidas no cotidiano do cidadão que, por meio da Internet, passa a possuir mais uma importante ferramenta no exercício da cidadania e controle social.

Como a evolução nessa área é contante, em 2021 foi firmado o Contrato Administrativo 04/2021, com a empresa WW INFORMÁTICA LTDA ME, de CNPJ: 07.293.212/0001-53, para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em softwares e hardwares da Câmara Municipal, com valor total do contrato estipulado em R$ 4.848,00 (Quatro mil,

oitocentos e quarenta e oito reais). Entre os serviços realizados, a empresa ficou responsável por:

- Revisão no servidor de arquivos e unificação dos dados;
- Limpeza de todos os componentes internos e externos;
- Limpeza de disco;
- Verificar e reparar possíveis defeitos nos Software e Hardware;
- Verificar e remover vírus em todos os computadores;
- Configuração de RAID;
- Instalar e Configurar certificado digital para envio de informações essenciais aos órgãos fiscalizadores;
- Troca ou reparação de componentes mecânicos, elétricos e/ou eletrônicos;
- Serviços de atualização tecnológica upgrade de placas, disco rígido e drivers em geral;
- Verificar e reparar possíveis defeitos nos Software e Hardware;
- Instalação de software de segurança de internet;
- Assessoria a softwares administrativos;
- Instalação de programas ou aplicativos;
- Formatação e instalação de sistema operacional;
- Recuperação de sistema.
- Reorganização e limpeza dos arquivos dos computadores, com identificação e remoção de aplicativos que não são mais utilizados, bem como eliminação das caixas de correio eletrônico não utilizadas.

Existe também a necessidade de se estudar mecanismos mais eficientes para a comunicação interna e melhoria dos mecanismos de busca e identificação das informações, indicando a inevitabilidade de uma estratégia de Gestão da Informação.

CONTROLE INTERNO

O Controle Interno é visto como instrumento que proporciona à Administração Pública subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos, devendo estar presente, atuando de forma preventiva, em todas as suas funções, administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, na busca da realização dos objetivos a que se propõe.

Quanto às Instruções Normativas já em vigor nesta Casa de Leis, dentro do possível, vêm sendo observadas para adaptação às atividades de rotina. A Controladora Geral Interna elaborou Relatórios Trimestrais com informações provenientes das Unidades Executoras, instrumentos estes capazes de detectar falhas/irregularidades e sugerir seu saneamento, bem como elaborou um Relatório Anual das atividades. Ao final, após análise suscinta por parte do Presidente, foram publicados no Site da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no

endereço *https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58* e colocados à disposição na Secretaria Geral da Câmara para acesso e conhecimento de qualquer cidadão.

Foram realizados também alguns procedimentos de verificação processual ao longo do ano a fim de checar as atividades internas, tendo por objetivo fomentar a boa governança pública e a transparência, provocar melhorias na prestação de contas, induzir a gestão pública para resultados e fornecer segurança sobre a legalidade e a regularidade dos atos da gestão, a confiabilidade das demonstrações financeiras e o desempenho da mesma.

O Controle Interno na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES reconhece como objetivo maior, a proteção do patrimônio, o que se manifesta como resultado, e, obviamente, constitui ferramenta de apoio a Contabilidade, o que revela a necessidade de estudos direcionados nessa área, tendo em vista a importância de um Sistema de Controle Interno que evidencie indicadores de excelência na execução das políticas públicas. Nesse contexto, ressalta-se a importância de expandir os limites das ações de controle para além do conhecimento de eficiência, incluindo-se também o conceito de eficácia dos resultados.

Para aumentar a confiança da sociedade sobre a forma como são geridos os recursos colocados à disposição das organizações públicas é necessário que, juntamente com a gestão de riscos e controles internos, se plantem as bases para uma boa governança pública, de modo a permitir a aferição, por todas as partes interessadas, do bom e regular cumprimento das atribuições e dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

É preciso realizar uma política de recursos humanos condizente com as demandas assumidas pelo órgão, bem como avaliar junto à sociedade como o Sistema de Controle Interno deve ser estruturado, a fim de proporcionar melhores condições de atingir seus objetivos em benefício de toda a sociedade.

Portanto, o fortalecimento do Sistema de Controle Interno pode ser um dos investimentos de maior retorno (principalmente econômico, financeiro e político) para os atuais e futuros governantes brasileiros de todas as esferas de governo.

12. ATIVIDADES LEGISLATIVAS

A Câmara Municipal é o órgão público que têm como funções principais elaborar leis, fiscalizar os trabalhos do Poder Executivo e sugerir ações e melhorias para a cidade. O Poder Legislativo deve reproduzir, tanto quanto possível, a diversidade de interesses, valores e ideologias existentes na sociedade que ele representa. Para isso, além de elaborar projetos de lei, elaboram outras proposituras que são votadas na Câmara durante as sessões ordinárias ou extraordinárias. Inclusive, um dos recursos mais utilizado é a Indicação, desconhecida por boa parte da população, funcionando como uma ponte entre os cidadãos e o prefeito.

Ouvir o cidadão é um caminho para o governo aprender novas ideias e abordagens, promovendo confiança e inclusão na sociedade.

O objetivo da nossa gestão não foi apenas melhorar a qualidade dos serviços prestados, mas também transformar a cultura do governo para que os cidadãos sejam vistos como parceiros que podem moldar a política e trazer novas ideias e abordagens.

CONCLUSÃO

O vereador costuma ser muito cobrado no atendimento dos anseios e necessidades dos munícipes que, quase sempre, são problemas relacionados à competência do Poder Executivo. Mas é necessário que a população esteja ciente das reais possibilidades e responsabilidades de um vereador.

O vereador não dispõe de um Orçamento para gastar (como o prefeito), nem pode aumentar despesas para o município ou tomar uma providência que seja prerrogativa legal do prefeito. O Poder Legislativo, portanto, não está diretamente relacionado à execução de uma obra, seja esta uma simples troca da lâmpada de um poste ou a construção de uma escola. Este poder é indireto, pois ele pode apresentar uma emenda à Lei Orçamentária, sujeita à votação, ou por meio de uma Indicação ou Requerimento enviado ao prefeito. Através destes instrumentos, o vereador poderá solicitar a realização de uma obra, mas sempre dependerá da ação do Poder Executivo.

Assim, representar (os eleitores e a comunidade), legislar (em defesa do bem comum), fiscalizar (a aplicação do dinheiro público) e assessorar (encaminhamento de indicações ao prefeito e secretários municipais) são suas quatro principais atribuições. Os vereadores falam em nome da população, do partido político que representam e de movimentos organizados, devendo realizar seminários, debates e audiências públicas como meios de ouvir e de permitir que sejam ouvidos os interesses da comunidade em geral.

Fazendo essa intermediação entre a população e o Poder Executivo Municipal, o vereador acaba tendo a função de fiscal do povo, auxiliando o eleitor no exercício de sua cidadania. Como representantes da sociedade que somos, não podemos exercer a vereança trabalhando apenas internamente na Câmara Municipal.

Sendo necessário a participação em eventos públicos e de interesse da cidade, atuando também fora da Câmara Municipal, em menor proporção nesse período atípico em virtude da Pandemia do Covid-19. Estas atividades incluem visitas a comunidades para conhecer a realidade local e ouvir os moradores, as demandas sociais, os interesses da coletividade e dos grupos devem ser levados em conta na elaboração de projetos de leis, que são discutidos e votados na Câmara Municipal.

A qualidade da gestão pública em um órgão municipal depende de iniciativas coerentes para que os processos fluam de maneira mais rápida e correta. Atingir esse objetivo depende de inúmeros fatores, mas principalmente das decisões do gestor e da aceitação dos colaboradores.

Melhorar a qualidade da gestão pública depende da identificação dos problemas. Realizar um mapeamento de processos a fim de entender detalhes como de que maneira eles estão funcionando, quem é responsável por cada função, qual é o custo, se torna de fácil demonstração para os servidores do órgão, a evolução no desenvolvimento de processos.
Nas etapas iniciais, debates com diferentes setores da administração são fundamentais. Melhorar a qualidade da gestão pública deve ser algo contínuo, portanto, ao imaginar alguma mudança importante, o ideal é conversar com quem trabalha com a tarefa em questão e que será diretamente afetado por ela.
Significa desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar as decisões de alocação de recursos, analisar riscos, informar e qualificar o processo decisório, trabalhar de forma proativa e coordenada e incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas e alinhadas às necessidades e realidades da administração pública.
Significa, enfim, contribuir para a construção de um modelo de atuação em bases integradas e cooperativas, orientado para resultados e com foco no cidadão. É necessário que sejam aprimorados continuamente os procedimentos administrativos, alargando, inclusive, as possibilidades de gestão participativa e democrática. Além disso, é preciso:

• Otimizar os recursos visando à melhoria da atuação parlamentar, para a melhor fiscalização dos atos do Poder Executivo;
• Aprimorar continuamente o processo legislativo, visando atingir os resultados planejados;
• Qualificar os servidores de forma continuada;
• Buscar, de forma incessante, a implantação de tecnologias, para obter modernização;
• Melhorar permanentemente a comunicação com os vereadores.

Finalizamos o ano com 06 funcionários efetivos, 03 comissionados, 02 estagiários (dos quais um é cedido para o Fórum da Comarca de Laranja da Terra) e o Contador cedido pelo Poder Executivo, totalizando 11 pessoas atuando.
Respeitamos mais uma vez o índice legal de 70% estipulado para gastos com Folha de Pagamento. Respeitamos também as imposições estipuladas pela Lei 173, de 27 de maio de 2020, que "*Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências*", que teve como um dos principais objetivos restringir o crescimento das despesas públicas, especialmente as relacionadas à folha de pagamento dos servidores e empregados públicos, tais como: aumento da remuneração dos agentes públicos, alteração de estrutura de carreira, admissão ou contratação de pessoal, majoração de vantagens ou auxílios, contagem de tempo como período aquisitivo para a concessão de adicionais por tempo de serviço e licença-prêmio, entre outros.
Promovemos apenas uma licitação na modalidade Pregão Presencial para aquisição de veículo automotor 0 km (zero quilômetros) tipo utilitário minivan 07 (sete) lugares, mas os contratos

celebrados pelo Poder Legislativo foram realizados prezando principalmente pelo Princípio da Economicidade.

A Câmara não teve inscrição em Restos a Pagar. Os valores referentes a contribuições previdenciárias devidas ao INSS foram todos recolhidos, pois sempre zelamos pelos pagamentos em dia e dentro das normas. Restou um saldo financeiro de R$ 53.890,97 (Cinquenta e três mil, oitocentos e noventa reais e noventa e sete centavos) que ficou como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar nos Relatórios de Gestão Fiscal do Segundo Semestre de 2021, dos quais R$ 48.684,62 (Quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro e sessenta e dois centavos) referem-se aos direitos de servidores - Férias e Obrigações Patronais relativas ao Registro por Competência do exercício e, os R$ 5.206,35 (Cinco mil, duzentos e seis reais e trinta e cinco centavos) são referentes a empréstimo consignado de vereadores e servidores em Folha de Pagamento a ser recolhido em 15/01/2022.

Os avanços obtidos apontam na direção de um futuro complexo, mas, muito melhor. Entretanto, há um longo caminho pela frente. A sustentabilidade de iniciativas pressupõe a estreita vinculação entre as melhorias de gestão introduzidas e os impactos das mesmas em termos de resultados que atendam as expectativas da sociedade.

O grande desafio é o da institucionalização dos processos de mudança, que precisam transcender o limite temporal de apenas um governo e conformar uma agenda de transformação da gestão a nível municipal.

O êxito das experiências de melhoria da gestão pública pressupõe a construção de uma estratégia que estabeleça os resultados a alcançar e os meios eficazes para atingi-los.

O Poder Legislativo de Laranja da Terra/ES necessita identificar e gerenciar diversas atividades interligadas a fim de atuar de maneira mais eficaz e eficiente.

É preciso valorizar mais os funcionários e, consequentemente, suas atividades, para promoção de melhoria na qualidade da gestão pública, por meio de agilidade de processos, com diminuição do excesso de burocracia.

Ainda é preciso investir mais em tecnologias para gestão pública, a tecnologia pode facilitar e potencializar os resultados e facilitar a organização do fluxo de trabalho. A implantação de sistema de gestão, processo eletrônico/digital, que evite a necessidade de trâmite de papéis e consultas verbais aos servidores de outras áreas é uma necessidade cada vez mais próxima. Mas, no intuito de melhorar a qualidade técnica dos serviços, e também aperfeiçoar os processos, para o futuro, entre outras medidas, a primeira providência será direcionar esforços para a devida capacitação dos servidores e valorização profissional dos mesmos.

É o relatório.

JACKSON BULERIANM
Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES
Biênio 2021-2022